

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.758 - DE (2019/0190883-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ZWICKAU
INTERES. : V S
ADVOGADO : JEAN MICHEL RIBEIRO FERREIRA E OUTRO(S) - CE013428
PARTE : D H S
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça alemã solicita que se proceda à citação de V. S. (CPF n. 235.997.168-97) de requerimento de divórcio e à intimação para comparecer a **audiência de julgamento marcada para o dia 30 de setembro de 2019.**

A interessada apresentou impugnação às fls. 60-81. Requeru que seja julgado improcedente o pedido de divórcio, nos termos propostos pelo promovente. Pediu a concessão dos benefícios de justiça gratuita.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão do *exequatur* e pela devolução dos autos à origem visto que foi cumprida a diligência rogada com o comparecimento espontâneo da interessada (fl. 83).

É o relatório. Decido.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

As questões acerca do mérito da causa suscitadas na impugnação devem ser analisadas pelo Juízo rogante, pois transcendem os limites estabelecidos no art. 216-Q, § 2º, do RISTJ, o que impede seu exame pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, nas ações de estado, é de rigor a citação por oficial de justiça, sendo insuficiente a comunicação pelo correio. No entanto, essa restrição fica superada quando a parte, representada por advogado constituído, comparece espontaneamente aos autos.

Assim, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Diante do comparecimento espontâneo da parte interessada (fls. 60-81),

Superior Tribunal de Justiça

considero consumado o objeto da comissão, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Veja-se precedente sobre a questão:

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. INTIMAÇÃO PRÉVIA FEITA VIA POSTAL COM AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO PELO PRÓPRIO INTERESSADO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À JUSTIÇA ROGANTE ANTE O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA.

I - Na fase de intimação prévia, é enviada ao interessado cópia integral da comissão rogatória.

II - No caso, o Aviso de Recebimento foi assinado pelo próprio interessado, o que leva à conclusão de que ele tomou conhecimento de todos os termos da rogatória em questão.

III - **Assim, tendo o interessado tomado conhecimento do processo em trâmite no juízo rogante, foi consumado o objeto da diligência, não havendo, portanto, necessidade de envio dos autos à Justiça Federal. Agravo regimental desprovido.** (AgRg na CR n. 9.599/EX, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 12/6/2015, grifei.)

Assim, tendo em vista o devido cumprimento da diligência, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante** (art. 216-X do RISTJ) **por intermédio da autoridade central competente.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente